valores corrigidos monetariamente, na forma legal, acrescidos de juros de mora à taxa de 0,5% ao mês". Determinava ainda o juiz "a suspensão de todas as execuções judiciais eventualmente existentes, em andamento, relativas a empréstimos efetivados sob as condições impugnadas nesta ação" e que fossem tomadas providências para que os débitos fossem adequados ao índice de 41,28%, tanto na esfera judicial quanto na via administrativa. O Banco do Brasil deveria, segundo o magistrado, comunicar a todos os seus mutuários a alteração do índice e as modificações decorrentes.

A decisão do juiz federal está respaldada na posição unânime do Superior Tribunal de Justiça em favor dos produtores. Ao determinar o imediato cumprimento da decisão, sem aguardar o resultado das apelações interpostas pelo Banco do Brasil e pelo Banco Central, entendeu que não há efeito suspensivo nos recursos. Desta decisão o Banco do Brasil entrou com agravo de instrumento no Tribunal Regional Federal de Brasília, obtendo liminar do juiz Cândido Ribeiro, para que a sentença aguardasse cumprimento até a decisão do agravo que deverá se dar no prazo aproximado de 60 dias. A questão tem grande peso no endividamento do setor agrícola e gera grande expectativa, até mesmo quanto ao aspecto moral dos produtores que sofreram conseqüências de toda ordem pela cobrança indevida do índice.

*Ricardo Alfonsin é advogado filiado ao Instituto de Estudos Jurídicos da Atividade Rural – Iejur – de Porto Alegre, RS.*

CONJUNTURA DO AGRIBUSINESS

ELIANA LEITE

## FEIJÃO-PRETO

# Dormindo com o inimigo

*Enquanto a produção brasileira entrava em decadência, os argentinos desenvolviam a deles. Hoje, são nosso principal fornecedor.*

Por que o mercado brasileiro não consegue se abastecer de feijão-preto, com 500 milhões de hectares disponíveis para a agricultura? Supondo que nosso déficit anual médio gire atualmente em torno de 150 mil toneladas (a quantidade total de feijão-preto importada em 1997 e que deverá se repetir em 1998), supriríamos essa deficiência ocupando apenas 150 mil hectares, com produtividade em torno de mil kg/ha. Isso representa apenas 0,03% da área agricultável no país. A relação cairia a valores ínfimos se dobrássemos a produtividade. Ainda assim, dobrando a produtividade, estaríamos abaixo do potencial genético das cultivares atuais, em torno de 3 mil kg/ha. A auto-suficiência, portanto, seria alcançada com mais 2,5% da área ocupada anualmente com o feijão, considerando uma produtividade apenas convencional, sem irrigação. Dobrando a produtividade, apenas 1,25% seria suficiente!

Só que em vez disso, no ano passado gastamos US$81 milhões em divisas com o produto, que é o predominante nas importações.

### *Preço alto a pagar*

O feijão-preto é o mais exposto à concorrência internacional. O assunto já foi abordado em AGROANALYSIS de julho do ano passado. A estrutura compradora do produto é um oligopsônio. O mercado principal, o Rio de Janeiro, é praticamente dividido entre seis grandes empresas empacotadoras, ávi-

### Números do feijão-preto no Brasil

| | |
|---|---|
| Área necessária para auto-suficiência (mil kg/ha) | 150.000 ha |
| Área necessária para auto-suficiência (2 mil kg/ha) | 75.000 ha |
| Produtividade nacional em condições de campo (média de todos os tipos) | 580 kg/ha |
| Área total cultivada com feijão (mil kg/ha e 2 mil kg/ha) | 6 milhões de ha |
| Produtividade das melhores variedades | 3.000 kg/ha |
| Percentual da área necessária para a auto-suficiência sobre o total (mil kg/ha) | 2,50% |
| Percentual da área necessária para a auto-suficiência sobre o total (2 mil kg/ha) | 1,25% |
| Diferença entre a média nacional e o potencial genético | 80% do potencial |

### Compramos feijão até... da Bolívia

Participação dos fornecedores de feijão-preto para o Brasil – 1997 – t

| *País* | *Quantidade* |
|---|---|
| Argentina | 127.467 |
| Bolívia | 487 |
| Canadá | 594 |
| Chile | 7.488 |
| China | 401 |
| Estados Unidos | 3.452 |
| Líbano | 3 |
| Suíça | 1.331 |
| Total | 141.225 |

### Importamos quase 20 vezes mais feijão do que há 10 anos

Brasil: evolução das importações de feijão-preto – 1988-98 – mil t

| *Ano* | *Quantidade* |
|---|---|
| 1988 | 10,0 |
| 1989 | 25,0 |
| 1990 | 70,3 |
| 1991 | 88,6 |
| 1992 | 57,7 |
| 1993 | 54,9 |
| 1994 | 218,8 |
| 1995 | 170,4 |
| 1996 | 82,2 |
| 1997 | 157,4 |
| 1998 | 79,1 |

Fonte: Conab.
Os dados de 1988 se referem ao período de janeiro a junho.

# *Feijão com sotaque espanhol*

Nem mesmo a imprensa brasileira consegue entender muito bem por que o país tem de importar feijão sistematicamente. Há pouco tempo, reunido com empresários, o presidente Fernando Henrique experimentou feijão do México e comemorou:

– Mas é ótimo!

Os jornalistas correram para se informar. Queriam entender por que o principal representante do povo brasileiro estava estimulando o consumo de feijão... mexicano.

Deste episódio ficam duas conclusões, aparentemente muito óbvias mas importantes: a primeira, é que não há feijão-preto brasileiro disponível, e a segunda, que só eventualmente isso preocupa o governo, em geral quando a escassez chega ao ponto de ameaçar a estabilidade dos preços. Só que escassez também pode acontecer do lado de lá.

das pelo produto, que tem andado escasso nos últimos anos. Essas empresas contratam um agente para percorrer as zonas produtoras – o *comprador*. Uma vez contratado, esse comprador estabelece uma zona de atuação, marcando a região e exercendo domínio sobre ela. Cada empresa toma assim uma das zonas produtoras, estabelecendo controle sobre seu mercado fornecedor. Esse jogo, entretanto, nem sempre funciona e outros *compradores* muitas vezes *invadem* a zona de atuação de outros.

Alguns cerealistas regionais, por outro lado, mantêm vínculos informais (mas muito parecidos com os contratos formais entre certas agroindústrias e produtores rurais) com os agricultores, dando-lhes assistência técnica, estimulando a utilização de insumos e garantindo-lhes a compra da produção. Na hora da venda, no entanto, sobretudo em situações como a deste ano, em que o produto se valorizou por conta da escassez, o produtor rural se vê tentado a vender a produção para outro *comprador* que paga um preço melhor. Isso desestrutura o esquema de fornecimento do primeiro cerealista e dificulta o estabelecimento de relações mais harmoniosas e sólidas entre produtor e indústria.

A avidez compradora, aliada ao clima fortemente competitivo entre as empresas que disputam o varejo, as elevadas importações, o grande interesse de marcas não-tradicionais de feijão-preto em entrar no mercado e o lançamento de formas mais modernas de consumo (como o feijão semipronto) indicam que o mercado, ao contrário do que se costuma pensar, está em plena expansão, embora não existam números consistentes para sustentar essa afirmação.

Por que então a produção brasileira não consegue atender satisfatoriamente ao consumo? A abertura comercial expôs ainda mais as dificuldades estruturais. Colocou lavouras pouco tecnificadas e de baixo rendimento de Santa Catarina e Paraná em confronto com produtores altamente profissionalizados e conhecedores do mercado como os da Argentina. Ao mesmo tempo que a produção brasileira entrava em decadência, os argentinos desenvolviam a deles. Hoje, são nosso principal fornecedor.

## *Muitos pesos e nenhuma medida*

Em evento destinado a produtores de feijão, realizado em abril último na província argentina de Salta, informou-se que apenas os produtores locais estariam produzindo cerca de 104 mil toneladas de feijão-preto, o equivalente a 74% do total importado pelo Brasil no ano passado. Ou seja, bem perto de suprir o déficit do mercado daqui. Foram divulgados também importantes benefícios para investimentos locais, como isenção de impostos, créditos de exportação, medidas fitossanitárias para exportação e redução de um assim chamado imposto imobiliário, além de tarifas reduzidas de gás e eletricidade. Mas as desigualdades não param aí. A multinacional Conagra se associou ao grupo Josapar – detentora da marca líder de arroz no Rio de Janeiro, a Tio João, que aproveita a logística do produto para distribuir o feijão-preto Biju – para produzir feijão-preto onde mesmo? Em Salta. Há, portanto, uma razoável estrutura empresarial envolvida na produção

Informações não-oficiais dão conta de que o custo do produtor argentino estaria em torno de US$300 para cada mil kg/ha, o que corresponde a aproximadamente US$18/saca de 60kg. O custo de produção no Brasil para uma produtividade de 17 sacas/ha estaria em torno de US$27/saca 60kg, ou seja, nossos custos seriam 1,5 maiores do que os deles.

## *A indústria contra-ataca*

Com os bons preços do feijão-preto neste ano, alguns produtores mais capitalizados já começam a se empolgar com a lavoura. A Combrasil, líder no mercado do Rio de Janeiro, já está promovendo parcerias com produtores no cerrado para produção sob pivô central. Embora muito timidamente, estados como Bahia, Mato Grosso do Sul e Espírito Santo também entram na dança.

No Rio Grande do Sul, produtores de algumas regiões ficaram eufóricos com os preços entre R$55 e R$80,00/saca atingidos no primeiro semestre do ano. Em Erechim, a Cotrel (Cooperativa Tritícola Erechim), que tem obtido excelentes resultados com a variedade FT Nobre, implementou um Programa de Melhoria da Qualidade do Feijão e estimula seus associados, cerca de 13 mil, a investirem em adubo e tratamento fitossanitário na lavoura. Os produtores investiram em tecnologia e a produtividade média da região triplicou, saltando de 700kg/ha para 2,4 mil kg/ha. São pequenos produtores, muitos dos quais investiram em pivô central, o que normalmente ocorre com produtores mais fortemente capitalizados.

Em contrapartida, outras áreas do Rio Grande do Sul, que já foram especializadas em feijão, hoje estão em decadência, como Sobradinho, na região da depressão central. A outrora importante Cooperativa Tritícola Superense está em dificuldades financeiras e os tradicionais plantadores de feijão migraram para o fumo, cultura cuja forte vinculação à indústria de cigarros a torna atraente pela garantia de compra por parte das empresas. Nem mesmo o preço recorde conseguido pelos agricultores da região este ano será suficiente para estimular o retorno à produção. Para os produtores da região, só quem utiliza tecnologia continuará na atividade.

Qual a saída para os pequenos produtores do Paraná e Santa Catarina que não conseguem investir em tecnologia? Apoio governamental? Por enquanto, o mercado praticamente desregulado tem tratado de promover ajustes estruturais no setor, expulsando os mais fracos e enriquecendo ainda mais os detentores do grande capital.

*E-mail: etileite@fgv.br*